

panfletagem, mostrando dados da dívida, assim como audiências públicas em Assembleias Legislativas. Existe hoje a Frente Parlamentar pela Auditoria da Dívida Pública na Câmara Federal, com mais de 200 signatários. Há uma mobilização muito grande para investigar essa situação.

Como o senhor avalia a questão dos juros de uma dívida não auditada?

Existe um círculo vicioso da dívida, ou seja, quanto mais incidem os juros mais ela cresce, e, se incidem mais juros, nesse meio tempo o governo fica de certa forma refém dessa situação, porque os bancos exigem determinada taxa para poder emprestar para o governo pagar a própria dívida. Então, é uma ciranda financeira que, para rompê-la, é preciso fazer auditoria. Por isso, nós reivindicamos aos governos que façam a auditoria para mostrar que essa dívida tem que ser questionada.

Como a proposta de Reforma da Previdência se insere nesse contexto?

Existe toda uma argumentação falsa sendo divulgada de que essa dívida que temos hoje seria originada pelos altos gastos com Previdência, por exemplo. Tivemos um déficit primário de R\$ 1 trilhão, de 1995 a 2015, e mesmo assim a dívida se multiplicou em mais de 40 vezes. Então, é um grande engodo falar que essa dívida veio da Previdência. Na verdade, a Previdência está inserida no Sistema de Seguridade Social, que inclui as áreas de Assistência e Previdência e é superavitário. O verdadeiro vilão das contas públicas não é a Previdência, é a dívida pública. Nós defendemos reformas, mas desde que venham para melhorar os benefícios, e não piorar. A Previdência não é a responsável pela crise fiscal brasileira, se é que se pode dizer que existe uma crise fiscal. Na verdade, é uma crise da dívida, porque é preciso destinar o orçamento para a dívida pública e aí, obviamente, os gastos sociais ficam prejudicados. Dinheiro existe, o problema é que está sendo destinado para outras áreas, como os juros e amortizações da dívida.

O senhor vê relação entre a política de controle de gastos e a questão da dívida?

Tivemos em 2016 a aprovação da Emenda Constitucional 95, chamada Emenda Constitucional do Teto de Gastos. Mas, quando a gente olha o que ela é realmente, vê que foi um teto de gastos sociais e não limitou o principal gasto do orçamento que é aquele com a dívida pública. Essa emenda não se destinou a controlar as finanças públicas, mas, sim, a tirar mais dinheiro da área social e colocar na dívida pública. Então, hoje não existe teto para controle de gastos para a dívida, que é o principal gasto. Se nós queremos falar de controle de gastos, teríamos que incluir, principalmente, o gasto com a dívida pública. Por isso, se deveria controlar o gasto com a dívida pública por meio de auditoria que pudesse verificar realmente que dívida é essa, se ela é legal, se é legítima.

O processo do endividamento é transparente na sua avaliação?

O principal fator de crescimento dessa dívida são juros, cuja definição não é transparente, porque o Brasil sempre foi o país com os juros mais altos do mundo mesmo em situações de extrema recessão. E por que esses juros foram colocados em patamares tão altos? O Japão, por exemplo, tem juros negativos. Então, por que são necessárias tais taxas de juros, qual a transparência que existe sobre a definição delas? Não há transparência. A justificativa de combate à inflação é falsa, porque a inflação no Brasil decorre, principalmente, de preços administrados pelo próprio governo e preços de alimentos de-

“Os estados continuam pagando ad infinitum, porque nunca vai terminar isso, pois os juros são tão grandes que quanto mais se paga mais se deve. E a população dos estados e os governos também são penalizados, para subsidiar o pagamento de uma dívida federal, que também está cheia de indícios de ilegitimidade.”



RICARDO GIUSTI

correntes de fatores climáticos. Não há transparência, por exemplo, também sobre quem são os beneficiários dessa dívida. Já enviamos vários requerimentos de informação para saber para onde está indo o dinheiro público. Em qualquer obra do governo, é obrigação dizer para onde vai o dinheiro. Existe o site da transparência, para se ver para onde está indo o recurso, mas, quando clicamos para ver sobre a transparência dos gastos com juros e amortizações, aparece uma mensagem dizendo que não se pode saber. O primeiro passo para a gente saber o que fazer com a dívida é saber quem ela beneficia e isso também não é transparente. Por isso, é fundamental uma auditoria.

O senhor poderia citar exemplos de auditorias da dívida no mundo?

Experiências recentes e antigas mostram a possibilidade de a auditoria anular grande parte das dívidas. Por exemplo, tivemos no Brasil a auditoria feita pelo governo Vargas, que identificou várias ilegalidades nos contratos. Também tivemos uma no Equador, recentemente, que mostrou irregularidades de contratos feitos sem os requisitos jurídicos necessários, assinados por pessoas que não tinham poder para isso. Havia várias ilegalidades, renúncia à soberania do país, renúncia até a possibilidade de pedir prescrição de dívidas prescritas. Governos equatorianos no passado abdicaram de pedir a prescrição de dívidas e resolveram voltar a pagar as que até já estavam anuladas. Mas, com a auditoria, de 2007 a 2009, o Equador pôde identificar essas ilegalidades, divulgá-las didaticamente para a população, como, por exemplo, a questão do quanto já havia sido pago. A dívida do país era de cento e poucos milhões de dólares em 1976, foram pagos 7 bilhões a mais do que o recebido nos 30 anos seguintes e, no final, a dívida era de 4 bilhões de dólares. É uma história bem parecida com a do Brasil. Então, no caso do Equador, quando essas coisas foram colocadas claramente e se chamou a sociedade civil para fazer a auditoria junto com o governo,

foram mostradas todas as ilegalidades. O governo foi à cadeia de rádio mostrar isso com uma didática muito boa e, com a população a favor da anulação, foi possível anular 70% dessa dívida com bancos privados internacionais. É a prova de que a auditoria funciona e pode ser uma saída para esse círculo vicioso que o Brasil vive hoje.

Qual sua avaliação sobre a questão das dívidas dos estados com a União?

É muito importante a discussão das dívidas dos estados, porque elas são parte integrante do sistema da dívida nacional. Uma parte desses 40% do orçamento público destinados a juros e amortizações da dívida vem exatamente do pagamento do que os estados devem. Existe, além da federal, a dívida dos estados com a União, que começou nos anos 90, basicamente, e cujos pagamentos que os estados fazem, por lei, têm que ir para o governo federal, para também fazer os pagamentos da dívida dele. Então, na verdade, existe todo esforço que os estados estão fazendo, inclusive com parte da arrecadação de ICMS, que as pessoas pagam com tanto custo, por exemplo, na sua conta de luz, na sua conta de telefone, pagam ICMS altíssimo nos combustíveis, e grande parte disso há décadas vai para a União a título de pagamento de uma dívida que já foi paga várias vezes. Em 1999, os débitos dos estados eram de cerca de R\$ 93 bilhões e foram pagos, até 2015, R\$ 277 bilhões, ou seja, três vezes o que se devia antes. E, em 2016, a dívida era de cinco vezes o que era antes, chegando a mais de R\$ 400 bilhões. Os estados continuam pagando *ad infinitum*, porque nunca vai terminar isso, pois os juros são tão grandes que quanto mais se paga mais se deve. E a população dos estados e os governos também são penalizados, para subsidiar o pagamento de uma dívida federal, que também está cheia de indícios de ilegitimidade.